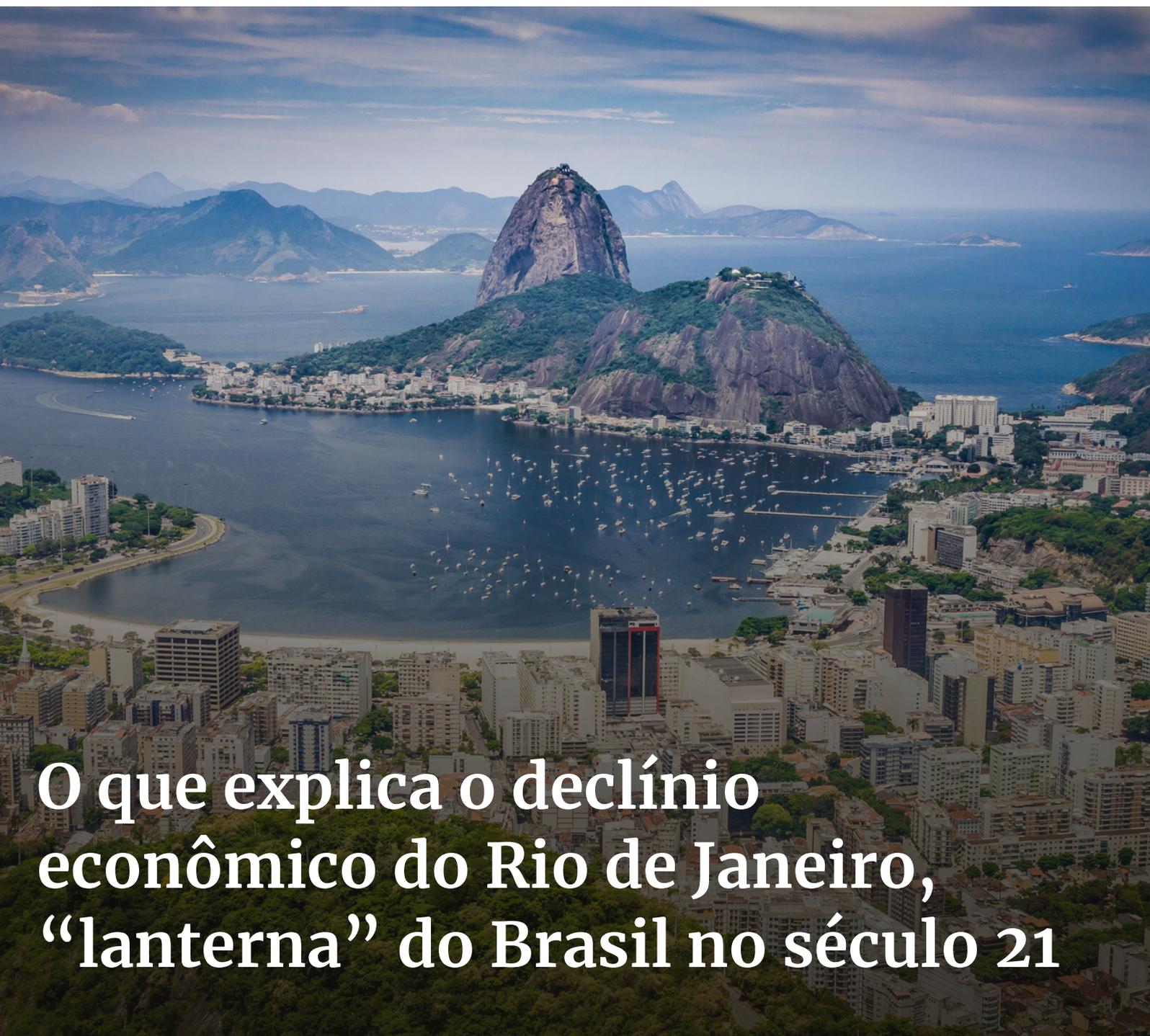


JULHO 2023

39ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA



## O que explica o declínio econômico do Rio de Janeiro, “lanterna” do Brasil no século 21

Por que os “super-ricos” estão fugindo da Noruega em um ritmo histórico

Adolfo Sachsida: Ex-ministro de Minas e Energia estreia coluna na Gazeta do Povo

# Índice

Editorial: A era do “lawfare” **03**

---

Adolfo Sachsida: Admirável Mundo Novo: algo se move nos subterrâneos da economia **10**

---

Filipe Figueiredo: Os destrutivos protestos em Paris e a imigração **15**

---

O que explica o declínio econômico do Rio de Janeiro, “lanterna” do Brasil no século 21 **28**

---

Os principais pontos para entender o que muda com a reforma tributária **38**

---

Como as dívidas milionárias de grandes livrarias mudaram o mercado editorial brasileiro **50**

---

Por que os “super-ricos” estão fugindo da Noruega em um ritmo histórico **60**

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



*Ministro Benedito Gonçalves votou pela inelegibilidade de Jair Bolsonaro e foi seguido por outros quatro ministros. | Foto: Antonio Augusto/Secom/TSE*

## | Editorial

# A era do “lawfare”

Durante a Operação Lava Jato, ficou conhecido o termo lawfare – o uso da lei e dos tribunais para fins de perseguição política. Os responsáveis por dar publicidade ao conceito foram os defensores do então ex-presidente Lula, para os quais o petista era vítima desse instrumento. Estavam enganados, obviamente: o material probatório

contra Lula era farto; os processos seguiram à risca os códigos e as condenações foram reafirmadas em mais duas instâncias; mesmo a anulação dos processos, em 2021, exigiu que o STF desse um giro de 180 graus sobre algo que já havia decidido antes, a competência da 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba para julgar as ações contra Lula. Mas o fato de o lawfare não ter sido empregado contra o petista, não significa que os tribunais brasileiros não o estejam empregando, e duas decisões recentíssimas demonstram bem como o direito pode, sim, ser retorcido para garantir que certos atores acabem alijados da vida política nacional.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encerrou o julgamento que tornou o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível até 2030. Ao relator Benedito Gonçalves somaram-se os ministros Floriano de Azevedo, André Tavares, Cármen

Lúcia e Alexandre de Moraes; foram vencidos os ministros Raúl Araújo e Kassio Nunes Marques. Dias atrás, neste espaço, explicamos por que a acusação de abuso de poder político e econômico feita a Bolsonaro, devido à reunião com embaixadores em maio de 2022 na qual o então presidente expôs sua posição sobre o sistema de votação com urna eletrônica sem comprovante impresso, não se sustentava e jamais poderia ser motivo para uma inelegibilidade.

Ao abrir a divergência, Araújo lembrou a jurisprudência da corte, que proibira o acréscimo de fatos novos a processos já abertos (o que ocorreu contra Bolsonaro, pois a chamada “minuta do golpe” foi incluída na ação), e centrou-se no caso específico da reunião, enquanto os votos dos demais ministros deixaram claro que Bolsonaro estava sendo julgado também pelo dito “conjunto da obra” – Moraes, por exem-

plo, afirmou que o TSE estava dando uma resposta ao “degradante populismo” do ex-presidente. Araújo afirmou que não houve benefício a Bolsonaro decorrente de seu encontro com os embaixadores, que a liberdade de expressão lhe garantia o direito de apresentar questionamentos à urna eletrônica, que a Justiça Eleitoral se pauta pelo princípio da intervenção mínima nos pleitos e que a inelegibilidade era medida extrema. Nunes Marques, por sua vez, defendeu a urna eletrônica, mas também ressaltou que a reunião tinha público restrito, afastando a possibilidade de benefício que caracteriza os atos de abuso de poder político e econômico. Bolsonaro, assim, se junta a outros políticos do espectro direitista ou conservador que estão fora do páreo político graças a decisões do TSE. Um deles é Deltan Dallagnol, que teve seu registro de candidatura cassado graças a uma

teratologia que substituiu a aplicação da lei por um exercício de adivinhação. Dallagnol, que havia sido o candidato à Câmara mais votado no Paraná, objetivamente não se encaixava em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa, mas os ministros seguiram o relator (novamente, Benedito Gonçalves) e contrariaram as instâncias inferiores da Justiça Eleitoral e a Procuradoria-Geral Eleitoral para inventar uma “inelegibilidade por possibilidade”: como havia a possibilidade de Dallagnol ter de responder a processos disciplinares antes de pedir exoneração do Ministério Público Federal, isso já bastaria para torná-lo inelegível. Uma decisão sem base na lei, sem base nos fatos, sem base na lógica.

Acabamos de afirmar, neste espaço, que em uma democracia “não se perseguem – seja ostensivamente, seja de forma mais sutil –

adversários políticos do governo de turno, expurgando-os, cassando seus mandatos ou impedindo-os de participar de eleições de forma arbitrária, contornando a lei e o devido processo legal”. Foi assim, impedindo todos os seus adversários de concorrer, que o ditador Daniel Ortega conseguiu uma “reeleição” recente na Nicarágua, e que Nicolás Maduro afasta quem quer que tenha chance de destroná-lo se um dia a Venezuela puder ter eleições sem fraude novamente – a mais recente vítima desse modus operandi é a ex-deputada Maria Corina Machado. É para isso que o Brasil se encaminha se permitir que casos como os de Bolsonaro e Dallagnol sigam se repetindo, se a “missão dada” continuar a ser “missão cumprida”.



[Voltar ao índice](#)



## Adolfo Sachsida



Foto: Midjourney

# Admirável Mundo Novo: algo se move nos subterrâneos da economia

*“Alguém acredita em algo pois foi condicionado a acreditar naquilo” (Aldous Huxley, em Admirável Mundo Novo)*

Pelo melhor de meu conhecimento, o Brasil nunca enfrentou tantos choques negativos como os ocorridos nos últimos 4 anos: o maior desastre ambiental de nossa história (Brumadinho), a maior pandemia de nossa história (Covid-19), a maior crise hídrica da de nossa história, uma quebra de cadeias produtivas, a maior guerra dos últimos 75 anos (guerra da Ucrânia) e o maior ciclo de aumento da taxa de juros (taxa de 2 anos) americana desde 1980 (aumento de 5pp). Adicione a isso o fato de que o período 2014-2020 consiste nos sete piores anos da história econômica brasileira.

Vários dos choques listados acima afetaram todas as economias do mundo: a pandemia, a quebra de cadeias produtivas, a guerra na Ucrânia e o aumento da taxa de juros internacional. Esses fatores geraram profundas modificações nas relações econômicas, tal como

a realocação do investimento do leste europeu e de partes da Ásia para países mais próximos e aliados às democracias ocidentais; o salto nas tecnologias digitais e de trabalho à distância; o pesado endividamento de algumas empresas, famílias e governos decorrente da pandemia, do expressivo aumento global no preço da energia e combustíveis ocorridos em 2022 e do aumento da taxa de juros internacional. O mundo mudou e novos desafios ganharam relevância.

Vários dos custos da pandemia ainda não apareceram, mas cobrarão seu preço. Evidências da pandemia de 1918 (gripe espanhola) sugerem que o prejuízo educacional desses eventos pode durar décadas, penalizando toda a geração que estava em idade escolar no período 2020-21. Na saúde pública, o atraso na realização de exames e cirurgias terá impactos negativos na população adulta. Por fim, o aumento do

endividamento de famílias, empresas e países na pandemia, combinado com a elevação da taxa de juros, muito provavelmente provocará aumento na inadimplência em vários mercados.

*Vários dos custos da pandemia  
ainda não apareceram, mas  
cobrarão seu preço*

Há um movimento em marcha nos subterrâneos da economia. Ao mesmo tempo em que o investimento internacional procura novas oportunidades, a taxa de juros e o endividamento elevado, associados aos custos dos choques recentes, aumentam a incerteza. Adicione-se a isso a guerra na Ucrânia e a instabilidade em regiões da Ásia.

O mundo mudou. É difícil perceber uma mudança estrutural quando estamos condicionados a ver o mundo com os padrões do passado.

Vários países importantes, como Alemanha e China, estão com retomada lenta na economia. Nesse momento é fundamental não aumentar a insegurança e, se possível, se preparar para um novo ponto de equilíbrio. Para o Brasil a lição é simples: avançar na agenda microeconômica para destravar o crédito, reduzir a taxa de juros, melhorar os marcos legais e aumentar a segurança jurídica do investimento. Na nova realidade mundial, retroceder em reformas pode ter um custo muito mais alto do que alguns imaginam.

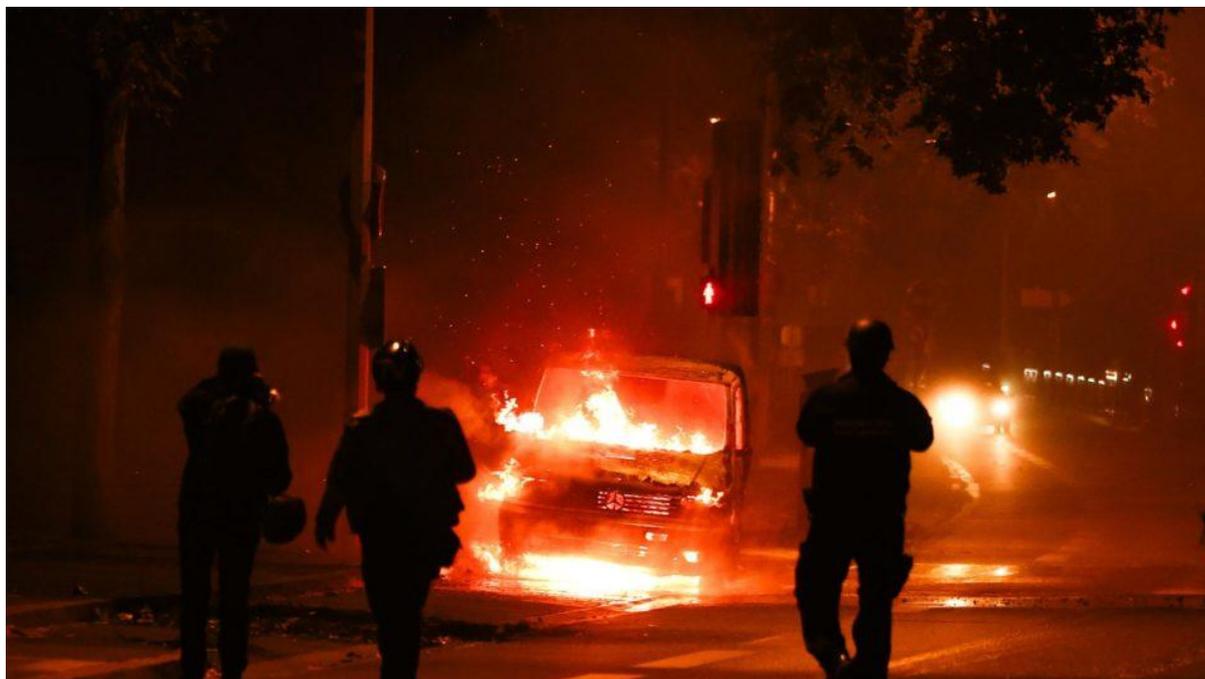
*Autor: Adolfo Sachsida possui doutorado em Economia pela Universidade de Brasília (2000), e pós-doutorado na Universidade do Alabama (2005). Também é advogado. Foi ministro de Minas e Energia no período maio a dezembro de 2022 e secretário de Política Econômica, no Ministério da Economia, no período janeiro de 2019 a abril de 2022. Tem experiência nas áreas de macroeconomia, política econômica, política energética e política mineral.*



[Voltar ao índice](#)



## Filipe Figueiredo



*Carro em chamas durante protesto em Nanterre, na Grande Paris, onde adolescente foi morto por policial na semana passada | Foto: EFE/EPA/MOHAMMED BADRA*

## Os destrutivos protestos em Paris e a imigração

No dia 27 de junho, um motorista francês de 17 anos de idade foi baleado e morto por um policial após uma perseguição de trânsito. O

jovem trabalhava como entregador e motorista de um aplicativo e se chamava Nahel Merzouk. O primeiro relatório policial sobre a morte foi desmentido por um vídeo postado online, servindo de estopim para intensos protestos que duram dias e despertam diversas discussões sobre a sociedade francesa, como a sempre presente questão da imigração.

Sobre o episódio da morte de Nahel Merzouk, o policial Florian Messiha responderá por homicídio. O incidente teve início quando dois policiais em motocicletas notaram o carro dirigido por Merzouk, com placa polonesa, dirigindo em alta velocidade, passando por uma faixa exclusiva de ônibus e cruzando um sinal vermelho. Após sinais de alerta, os policiais interceptaram o carro no congestionamento e, apontando suas armas de fogo, ordenaram que o motorista desligasse o carro.

A primeira versão da polícia afirmava que o motorista teria tentado atropelar os policiais e, por isso, um deles disparou e o matou. Foi publicado um vídeo, entretanto, que mostrou que o carro se moveu, mas não em direção aos policiais, que nunca estiveram em perigo em razão do veículo. Um dos passageiros do aplicativo também afirmou que Merzouk sofreu coronhadas do outro policial e que isso teria soltado o freio do carro. O policial Messiha prestou primeiros socorros ao motorista, que faleceu.

A defesa do policial mudou sua versão, afirmando que ele não pretendia atingir o motorista no peito, mas apenas incapacitá-lo e evitar que pedestres fossem colocados em risco.

Segundo a imprensa francesa, foram abertos três inquéritos: por “recusa em cumprir determinação de pessoa em autoridade”, “tentativa de homicídio voluntário contra pessoa em

posição de autoridade” e “homicídio voluntário por pessoa em posição de autoridade”. Surgiram também tentativas de responsabilizar Merzouk pelo incidente.

Ele supostamente teria episódios anteriores com as autoridades, embora não possua ficha criminal. Também é comentado que ele não poderia estar dirigindo um veículo profissionalmente, pela sua idade, apenas com uma licença provisória. De toda maneira, é importante frisar que o incidente está em investigação e que nenhum episódio anterior justificaria o ocorrido. Dirigir sem a documentação adequada, por exemplo, não é um crime capital e certamente custaria a vida de muitas pessoas se fosse.

## **Protestos e mortes**

A morte provocou uma série de protestos e distúrbios, começando por Nanterre, na região

metropolitana de Paris, cidade natal do motorista. Os protestos se espalharam pela França, incluindo grandes cidades como Toulouse e Marselha, além de seus territórios ultramarinos. Cerca de 40 mil policiais foram mobilizados, centenas de pessoas ficaram feridas, mais de 3 mil pessoas foram detidas e ao menos duas pessoas morreram. As fortes cenas de violência e destruição correram pelas redes sociais.

As já habituais cenas francesas de carros queimados se multiplicaram, também com destruição de propriedades, públicas e privadas

Um dos mortos foi Dorian Damelincourt, um bombeiro de 24 anos, ao trabalhar no combate a um incêndio em Saint-Denis, subúrbio da capital francesa. Outra morte foi de um homem de 50 anos de idade, que estava na janela de sua casa no subúrbio de Caiena, na Guiana Francesa,

e foi atingido por uma “bala perdida” disparada por uma arma de fogo.

Um dos mais deploráveis episódios foi o envolvendo a principal biblioteca pública de Marselha, a Alcazar, localizada em um prédio do século XIX e que hoje conta com mais de 18 quilômetros quadrados e quase 1 milhão de obras e documentos em seu acervo. Parte do prédio foi incendiado e ainda não foi divulgado um balanço do eventual dano ao acervo.

*As já habituais cenas francesas de carros queimados se multiplicaram, também com destruição de propriedades, públicas e privadas*

Outro episódio foi o ataque incendiário à residência do prefeito de L'Hay-les-Roses, na região metropolitana de Paris, que será investigado como tentativa de homicídio.

As já habituais cenas francesas de carros queimados se multiplicaram, também com destruição de propriedades, públicas e privadas

O que explica o tamanho dos protestos e a sua amplitude? A morte do motorista Nahel

Merzouk foi, como dissemos, o estopim, mas certamente não é a única causa. Como estopim, a morte simboliza e catalisa uma série de outros problemas na sociedade francesa. Primeiro, o fato de que parte da sociedade francesa está descontente com alguns aspectos do seu modelo de policiamento, acusando as forças da lei de abuso de poder e de força, uma acusação que não é de hoje.

Por exemplo, no início do ano, durante os protestos contra a reforma da previdência, unidades da polícia foram alvo de investigações por suposto abuso da força. Em novembro de

2020, o produtor musical Michel Zecler foi agredido e alvo de ofensas racistas por policiais ao ser detido por não estar usando uma máscara durante a pandemia. Em 2019, durante os protestos dos chamados Coletes Amarelos, as imagens das ações policiais na televisão motivaram uma ordem para o uso de câmeras corporais por policiais.

Especialmente, chamou a atenção o número de pessoas naquela ocasião que perderam a visão devido ao uso de balas de borracha pelas forças policiais. A questão racial na França é um fator, certamente, que vamos comentar mais adiante, mas, em 2019, os protestos dos Coletes Amarelos eram integrados, majoritariamente, por franceses brancos. Ou seja, o descontentamento com a violência policial perpassa diversos episódios com características diferentes e em vários anos.

Claro que, mesmo em números relativos, a violência policial na França é muito menor do que em países como EUA ou Brasil, assim como é um assunto bastante sensível na sociedade francesa contemporânea. O segundo aspecto é o descontentamento socioeconômico como um todo, especialmente entre os mais jovens. A maior parte dos participantes dos protestos são jovens, com muitos menores de idade, ao ponto do presidente Emmanuel Macron fazer um apelo aos pais para manterem os filhos em casa.

### **Questão geracional, não migratória**

A idade média das pessoas detidas é 17 anos. Um exemplo desse descontentamento juvenil “antissistema” se dá pelo fato de que muitos dos alvos de ataques e incêndios são prédios públicos, como escolas, prédios administrativos e delegacias. A maioria dos detidos vive em

bairros pobres e de periferia, os mais afetados pelas recentes crises na França e pelo impacto da pandemia de Covid-19. Jovens pobres, desamparados, que sentem que são alvo da polícia e que não têm “nada a perder”.

O hoje principal jogador de futebol do país, Kylian Mbappé, publicou uma nota em suas redes sociais afirmando que "desde este trágico evento, testemunhamos a expressão de raiva popular que no fundo entendemos, mas não podemos aceitar". Mbappé nasceu em Paris, é cidadão francês e filho de um pai camaronês com uma mãe berbere argelina, ambos países que foram parte do império colonial francês. O craque do futebol, de certo modo, simboliza o terceiro aspecto dos protestos.

Muitos dos manifestantes são jovens pobres que descendem dessas comunidades, como argeli-

nos, camaroneses ou senegaleses. Sentem que são alvo preferencial da polícia. O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos pediu ao governo francês que enfrente “as profundas questões de racismo e discriminação no policiamento”, afirmação que foi rejeitada pelo governo Macron. A mãe enlutada de Merzouk afirmou que o policial “viu um rosto de árabe, um garotinho, e quis tirar a vida dele”.

Com os protestos, crescem a retórica e os movimentos políticos anti-imigração na França. Isso é, entretanto, superficial. O leitor deve ter notado que não usamos o termo imigrante até aqui. Merzouk e Mbappé, dentre milhões de outros jovens franceses, são cidadãos franceses. Não são imigrantes, não são recém-chegados. Pessoas nascidas nas antigas colônias francesas antes da independência são cidadãos franceses, assim como seus filhos, se nascidos na França.

Por exemplo, Smaïl Zidane, berbere, nasceu na Argélia em 1935, quando o território era parte da França. Ele é um cidadão francês. Seu filho, Zidane, nasceu em Marselha, em 1972, após a independência da Argélia, e também é um cidadão francês, assim como seu filho, Enzo, nascido em Bordeaux, em 1995. Se um imigrante ou cidadão estrangeiro é detido cometendo um crime como incendiar uma delegacia, ele pode simplesmente ser deportado. O que fazer quando se trata de um cidadão francês?

O discurso anti-imigração acaba sendo populista, pois busca uma solução fácil para um problema extremamente complexo: a profunda clivagem racial e socioeconômica da sociedade francesa contemporânea, fruto de seu império colonial e da falta de políticas adequadas. Achar também que um desses indivíduos não é “francês de verdade” seria, além de hipocrisia por

conveniência, um ato ilegal. E a proposta de cassar a nacionalidade de alguém baseado, por exemplo, na cor da pele tem nome. Racismo.

Usando uma expressão bastante brasileira, o ponto é que o “buraco” do problema francês é “muito mais embaixo” do que um mero problema migratório. Trata-se de um problema estrutural, que necessita de soluções profundas. A política francesa, além de dividida, sofreu um revés também no seu aspecto externo, com Macron cancelando uma visita de Estado à Alemanha, a primeira desde 2000. Tudo isso no ano véspera dos Jogos Olímpicos de Paris, com a imagem francesa em risco.

*Autor: Filipe Figueiredo é graduado em história pela USP, professor de política internacional, roteirista do canal Nerdologia e criador dos podcasts Xadrez Verbal e Fronteiras Invisíveis do Futebol, sobre política internacional e história..*



[Voltar ao índice](#)



*Economia do Rio de Janeiro cresceu 0,71% ao ano entre 2002 e 2022, segundo o IBGE. Foi o menor avanço entre os estados brasileiros. | Foto: Unsplash*

# O que explica o declínio econômico do Rio de Janeiro, “lanterna” do Brasil no século 21

Por Vandrê Kramer

O Rio de Janeiro é o estado que mais perdeu importância econômica no país neste século. Números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os fluminenses

representavam 12,38% do PIB nacional em 2002. Dezoito anos depois, caiu para 9,91%.

Na média, a economia estadual cresceu a um ritmo de 0,71% ao ano nesse período. Muito abaixo da velocidade média do PIB brasileiro (1,97% ao ano), que já não foi das maiores. No outro extremo, o estado que mais cresceu foi Mato Grosso, cujo PIB aumentou em média 5,42% ao ano entre 2002 e 2020, puxado principalmente pelo agronegócio.

O Rio de Janeiro ainda ocupa o posto de segunda maior economia do país. Mas, em meio ao declínio persistente, viu Minas Gerais se aproximar: a fatia da economia mineira no PIB nacional passou de 8,33% para 8,97%.

Embora ainda não haja dados oficiais mais recentes sobre o PIB local, outros indicadores sugerem que a economia do Rio continua com problemas. Um exemplo: no primeiro trimestre, o estado tinha a

sétima maior taxa de desemprego do país: 11,6%, quase três pontos percentuais acima da nacional.

Uma trava ao setor de comércio e serviços é a elevada inadimplência, é uma das maiores do país. Dados da Serasa Experian mostram que 53% da população adulta do Rio tem algum tipo de restrição ao crédito. Em maio, eram 7,26 milhões de consumidores negativados no estado.

O comércio varejista está sentindo mais o desaquecimento da atividade econômica. O volume de vendas no Rio caiu 3,5% no período de 12 meses até abril. No país, houve uma alta de 0,9%. A expansão do setor de serviços também ficou aquém: 5,1% de alta no Rio e 6,8% na média nacional.

**Situação do estado é "extremamente complexa"**

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, classifica a situação vivida pelo Rio de Janeiro como

"extremamente complexa". "Há instabilidade política, econômica e social", diz. Nem mesmo a Copa do Mundo, em 2014, e a Olimpíada, em 2016, conseguiram mudar esse cenário.

Ele lembra que ex-governadores foram presos por envolvimento em casos de corrupção, o estado sofre com um problema crônico de violência e um dos principais motores da economia, o segmento de óleo e gás, perdeu força após o escândalo da Lava Jato, que atingiu a Petrobras.

O coordenador do MBA de Gestão Estratégica e Econômica de Negócios da Fundação Getulio Vargas (FGV), Mauro Rochlin, avalia que o problema tem raízes mais profundas: a mudança da capital federal para Brasília, em 1960. "Toda a máquina pública federal estava na cidade", diz.

O especialista aponta que nenhum tipo de política pública foi feita pelos governos subsequentes para

compensar a perda do status. Um segundo golpe, especialmente para a cidade, diz o coordenador, teria vindo em 1975, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: “Perdeu-se mais protagonismo”.

A situação ganhou mais contornos negativos depois da crise de 2015-16, durante o governo Dilma Rousseff, quando o PIB brasileiro caiu quase 7% em dois anos, e com a Lava Jato, que afetou o segmento de óleo e gás.

“A Petrobras vinha sofrendo com a política de segurar os preços por parte de Dilma. Ao mesmo tempo, foi alvo de um escândalo de corrupção. A situação ficou mais delicada para a empresa que, para reduzir seu endividamento, reduziu os investimentos”, diz Rochlin.

O cenário afetou cidades fortemente dependentes do setor de óleo e gás, como Itaboraí, Macaé, Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes.

Rochlin também aponta que faltam políticas públicas consistentes na área de segurança pública desde o governo de Leonel Brizola, nos anos 1980: “A explosão da violência ajudou na fuga de capitais, empresas e mais, recentemente, cérebros”.

Setores inteiros, ao longo do tempo, migraram para outros lugares. É o caso do financeiro, que tinha relevância na capital fluminense até os anos 1980 e depois acabou se concentrando em São Paulo.

## **Salários e aposentadorias consomem mais da metade da arrecadação do Rio**

Outro problema grave do Rio de Janeiro é com as finanças públicas locais, o que limita o dinheiro

disponível para políticas públicas. O estado constantemente renegocia sua dívida com o governo federal e, desde 2017, está no plano de recuperação fiscal dos estados.

A chamada poupança corrente, um indicador de autonomia do estado para investir com recursos próprios, equivale hoje a 16% da receita corrente líquida – o quinto menor índice do país, segundo dados do primeiro quadrimestre do ano divulgados pelo Tesouro Nacional. Na outra ponta, em Mato Grosso a poupança corrente corresponde a 40% da receita líquida.

No Rio, o pagamento de salários e aposentadorias do funcionalismo consome mais da metade da arrecadação – mais precisamente, 57% da receita total, o quinto maior índice do país.

## **Aeroporto internacional do Rio está com baixo movimento**

Um dos reflexos da situação que atinge o estado é o problema de baixa movimentação do Aeroporto Internacional Tom Jobim, também conhecido como Galeão, que até meados dos anos 1990 era a principal ligação brasileira com o exterior. O movimento caiu cerca de 65% nos últimos oito anos, fazendo com que o terminal opere com menos de 20% da capacidade.

Dados da Infraero mostram que o fluxo de passageiros do aeroporto internacional de Guarulhos (SP) em um dia corresponde a seis dias de movimento no Tom Jobim.

Rochlin aponta que o esvaziamento do aeroporto internacional não pode ser atribuído somente à decadência da cidade e do estado. Segundo ele, há outros fatores que também contribuem:

- o deslocamento de voos internacionais para o aeroporto de Guarulhos;

- o custo do querosene de aviação no Rio de Janeiro, onde o produto é mais tributado; e
- os custos maiores de operação no Galeão em comparação ao aeroporto central do Rio, o Santos Dumont.

Uma tentativa para reverter esse quadro foi negociada pelos governos federal e estadual. A partir de outubro, a maioria dos voos nacionais operados hoje no Santos Dumont deve migrar para o Galeão. Do terminal central, operariam frequências apenas para São Paulo e Brasília.

### **Expectativas para o Rio de Janeiro não são promissoras**

Mesmo sendo um importante polo cultural e tendo atrativos que favorecem o turismo, tanto na capital quanto no litoral e interior do estado, o Rio de Janeiro tem um longo caminho para reverter o quadro atual.

“O estado simplesmente não consegue crescer”, diz Vale, da MB Associados. Para este ano, mesmo com a expectativa crescimento acima de 2% no PIB nacional, as possibilidades fluminenses não são as melhores: a expansão brasileira é puxada pela agropecuária, que é menos relevante no estado.

O coordenador da FGV aponta que apenas ações mais contundentes, especialmente do poder público, podem reverter esse quadro, que foi duramente afetado pela pandemia da Covid-19, em 2020. Mas, diante do quadro de deterioração das contas públicas e da instabilidade política pela qual passa o estado, ele não consegue ser otimista em relação ao futuro do Rio de Janeiro.



[Voltar ao índice](#)



*Relator da PEC da reforma, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) discursa durante sessão de votação da matéria | Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados*

# Os principais pontos para entender o que muda com a reforma tributária

*Por Célio Yano*

Com a aprovação pela Câmara da proposta de emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que reforma o sistema tributário brasileiro, o texto agora precisa ser aprovado no Senado para poder ser promulgado.

Apoiadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as modificações previstas têm o objetivo de simplificar a legislação tributária, eliminando distorções. Trata-se da primeira grande mudança no modelo de cobrança de impostos sobre consumo do país desde a década de 1960.

A PEC estabelece as regras gerais para um novo modelo de tributação, mas ainda há detalhes, como as alíquotas dos novos impostos, que precisam ser regulamentadas por meio de lei complementar.

Confira a seguir alguns dos principais pontos para entender a reforma aprovada na Câmara.

### **Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual**

O eixo principal da reforma de tributos sobre consumo é a criação do sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Passam a vigorar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) no lugar do ICMS estadual e do ISS municipal; e a Contribuição

sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui três tributos federais: PIS, Cofins e IPI.

### **Não cumulatividade e cobrança no destino**

Os impostos obedecem aos princípios de não cumulatividade, ou seja, de cobrança em uma única etapa da cadeia de produção, e de recolhimento no local de destino, de modo a acabar com a “guerra fiscal” entre estados. A legislação passa a ser única para todo o país, com mesmo fator gerador, acabando com as milhares de leis que regem os impostos em cada município e unidade federativa.

### **Três alíquotas diferentes**

O texto aprovado na Câmara prevê uma alíquota padrão, como regra geral, que valerá para a maior parte dos bens e serviços; e uma reduzida em 60% para determinados setores, como saúde, educação, dispositivos médicos, transporte coletivo, produtos agropecuários, alimentos, produtos de higiene

pessoal, além de produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais.

Por fim, terão alíquota zero alguns tipos de dispositivos médicos e medicamentos, como os utilizados no tratamento de câncer, itens da cesta básica, serviços de educação nos termos do Programa Universidade para Todos (Prouni) e produtores rurais pessoa física. Os percentuais serão definidos por lei complementar.

### **Regimes específicos**

Há ainda a previsão de regimes especiais de tributação para determinados setores. Combustíveis e lubrificantes terão incidência do imposto uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

Poderá haver alíquotas diferenciadas por produto, mas elas deverão ser uniformes em todo o país.

Outros setores que terão tributação diferenciada incluem serviços financeiros, operações com bens

imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos; operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas; sociedades cooperativas; e serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

### **Imposto seletivo**

Outro tributo que será criado caso a PEC seja aprovada também no Senado é o Imposto Seletivo, de natureza extrafiscal e voltado a desestimular o consumo de determinados produtos ou serviços considerados prejudiciais ao meio ambiente ou à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas. O rol de produtos que devem ser sobretaxados deve ser definido por lei complementar.

### **Cashback**

A PEC abre a possibilidade de devolução a pessoas físicas de parte do imposto pago "com o objetivo de

reduzir as desigualdades de renda". As hipóteses do chamado "cashback", além dos limites e dos beneficiários, ainda devem estabelecidas por meio de lei complementar.

## **Fundo de Desenvolvimento Regional**

Um Fundo de Desenvolvimento Regional será criado com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e sociais com a entrega de recursos da União para as unidades federativas para “realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura; fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras; e promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.”

O valor da verba que a União destinará será fixado em lei complementar, mas o Ministério da Fazenda se comprometeu a repassar R\$ 40 bilhões ao fundo.

## **Conselho Federativo**

A PEC prevê ainda a criação de um Conselho Federativo, colegiado responsável por fazer a gestão do IBS. Conforme o texto, o órgão será uma entidade pública sob regime especial, dotada de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, que fará a administração compartilhada do imposto.

Estados e Distrito Federal terão 27 membros, um para cada ente federado, enquanto os municípios terão outros 27 membros, 14 eleitos com base nos votos igualitários e 14 com base nos votos ponderados pelas respectivas legislações.

## **Prazo de transição**

Conforme a versão aprovada na Câmara, a transição dos atuais impostos para os IVAs nacional (CBS) e subnacional (IBS) começará ao mesmo tempo, em 2026, com alíquotas de 0,9% no

caso do tributo federal e de 0,1% no imposto subnacional.

Os valores arrecadados com o IBS serão utilizados em um primeiro momento para custear o Conselho Federativo, que administrará o tributo dos estados e municípios, além de compor um fundo para compensar benefícios fiscais de ICMS.

A CBS deve substituir totalmente os impostos indiretos federais já em 2027, quando passam a ser zeradas as alíquotas de IPI, com exceção do que incide sobre produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, de modo a manter sua competitividade.

O IBS permanece com alíquota teste até 2028. De 2029 e 2032, o IVA subnacional passa a substituir ICMS e ISS na proporção de 1/10 a mais por ano. A partir de 2033, os tributos indiretos de estados e municípios passam a ser integralmente substituídos pelo novo imposto.

## **IPVA sobre embarcações e aeronaves**

Embora a PEC aprovada esteja centrada na reforma dos impostos sobre consumo, o texto prevê alguns dispositivos que alteram a tributação sobre patrimônio. Uma das mudanças, por exemplo, permite que estados possam cobrar alíquotas progressivas do IPVA em razão do impacto ambiental de veículos.

Outro dispositivo inclui veículos aquáticos e aéreos entre os veículos sobre os quais incidirá o IPVA, o que faz com que proprietários de embarcações e aeronaves passem a recolher o imposto como ocorre com os donos de automóveis. Ficam excetuadas do tributo, no entanto, aeronaves agrícolas e embarcações voltadas a transporte aquaviário ou de pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência.

## **Atualização do IPTU por decreto**

Já em relação ao IPTU, cobrado por municípios, a atualização da base de cálculo poderá ser feita por meio de decreto, a partir de critérios gerais previstos em lei municipal. Hoje os reajustes precisam necessariamente passar pelo crivo do Legislativo para entrar em vigor.

## **Imposto sobre herança**

A reforma também dispõe sobre mudanças no Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), de responsabilidade dos estados. Hoje, cada unidade federativa pode instituir sua alíquota, com o limite de 8%, e a possibilidade de isenção do imposto. A PEC prevê que o tributo seja progressivo de acordo com o valor da herança ou doação transmitida, como já ocorre em alguns estados, como o Rio de Janeiro. O recolhimento será feito no estado de residência da pessoa falecida.

## Manutenção de carga tributária

O texto estabelece que “as alíquotas de referência serão revisadas anualmente”, “visando à manutenção da carga tributária”. O dispositivo foi incluído pelo relator da matéria para garantir o princípio da neutralidade, ou seja, de que não haverá aumento de carga tributária. No ano passado, segundo a Secretaria do Tesouro, o peso dos impostos, considerando os níveis federal, estadual e municipal, foi de 33,71% do PIB. Os critérios para a revisão anual das alíquotas serão definidos por lei complementar.



[Voltar ao índice](#)



*Em seus tempos áureos, a Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo, foi um espaço de convivência e ponto turístico da cidade. | Foto: Divulgação/Livraria Cultura*

## Como as dívidas milionárias de grandes livrarias mudaram o mercado editorial brasileiro

*Por Omar Godoy*

“Não posso nem ir no banheiro?”, perguntou o octogenário vereador Eduardo Suplicy (PT-SP) à funcionária da Livraria Cultura que o atendeu no dia 27. Naquela manhã, a loja mais conhecida da rede, localizada no Conjunto Nacional da Avenida

Paulista, amanheceu de portas fechadas, pegando os frequentadores de surpresa. Atônito, o pai do Supla lamentou a situação, destacou a importância histórica do lugar e se retirou, ainda meio perdido, como mostra um registro em vídeo que circula nas redes sociais.

Como Suplicity, muitos famosos e anônimos passaram aquele dia expressando sua tristeza e revelando suas memórias afetivas na internet e nos veículos de imprensa. Afinal, a megastore gigante, chique e moderna, com cara de loja europeia, durante muitos anos foi mais do que um ponto de venda – era um espaço de convivência e ponto turístico de São Paulo, onde muita gente ia só para passear.

Mas o fim da livraria do Conjunto Nacional, em cumprimento a uma ordem de despejo, foi surpreendente apenas para o público em geral.

Desde 2018, quando homologou seu pedido de recuperação judicial, a Cultura vive um processo sistemático do fechamento de suas unidades em todo o país.

Em fevereiro deste ano, a empresa fundada em 1969 finalmente teve sua falência decretada, por causa de dívidas trabalhistas e com fornecedores na ordem de R\$ 285 milhões, além de um débito de R\$ 2 milhões com o Banco do Brasil. No dia 29 de junho, uma liminar do Superior Tribunal de Justiça reverteu o decreto, pela segunda vez, e agora a Cultura tenta reverter o fechamento de suas principais lojas.

Para os especialistas do setor livreiro, a centenária rede Saraiva pode ter o mesmo destino de sua concorrente. Em processo de recuperação judicial há quatro anos, a empresa conseguiu aprovar, em agosto de 2022, a conversão de R\$ 163 milhões de

sua dívida em ações. Cerca de R\$ 300 milhões do débito restante serão pagos em 2026. Enquanto isso, lojas do grupo são fechadas todas as semanas Brasil afora.

O declínio das duas companhias – que juntas já foram responsáveis por mais de 40% das vendas de livros no país – na verdade começa bem antes de 2018. Sua raiz remonta à segunda metade da década de 1990, quando o e-commerce deu seus primeiros passos por aqui.

Sabe-se que o livro foi o primeiro produto a impulsionar as compras online em todo o mundo, inclusive no Brasil. Num primeiro momento, o sucesso do site Submarino ligou o alerta das grandes redes de lojas físicas com relação ao comércio na internet. Mais tarde, com a entrada avassaladora da Amazon no mercado, Saraiva e

Cultura decidiram ir à guerra e investiram ainda mais pesado nas próprias plataformas de venda.

Não foi o suficiente para bater de frente com a empresa de Jeff Bezos, que rapidamente dominou o mercado com sua logística eficiente e descontos tentadores – e sempre há quem acuse companhia de dumping, a venda de produtos abaixo do custo para eliminar a concorrência. O fato é que a Amazon iniciou a oferta de livros impressos no país em 2014, e cinco anos depois já concentrava metade das vendas desse tipo de produto.

Na tentativa de acompanhar os preços da multinacional, Saraiva e Cultura foram acumulando dívidas e deixando de pagar funcionários e fornecedores. As crises econômicas recentes e o fechamento das lojas durante a fase mais aguda da pandemia também contribuíram para aumentar o rombo. A

má gestão, no entanto, é apontada como o principal fator da derrocada das duas companhias.

## **Retorno às origens**

Mas nem só de más notícias vive o meio editorial do país. Segundo dados publicados no 11º Painel do Varejo de Livros no Brasil em 2022 – levantamento realizado pela consultoria Nielsen para o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) –, o mercado registrou, até o dia 7 de novembro do ano passado, um crescimento de 4% em relação ao período anterior. O mesmo estudo aponta um aumento no faturamento de R\$ 8,59%, totalizando R\$ 2 milhões.

De acordo com outra entidade do setor, a Associação Nacional de Livrarias (ANL), mais de 100 lojas físicas foram abertas em 2021, após a escalada de fechamentos motivada pelo período de lockdown. Hoje, há cerca de 2,7 mil pontos de

venda no país, e estima-se que dentro de poucos anos o mercado alcance a quantidade registrada em 2013, quando 3 mil lojas estavam em funcionamento.

Para Dante Cid, presidente do SNEL e executivo da editora Elsevier, essa recuperação é fruto de boas práticas de governança adotadas por empresas por Livraria da Vila, Leitura, Curitiba e Travessa. E também de uma retomada da preocupação com a curadoria do catálogo e a capacitação dos vendedores. Ou seja, é como se o mercado estivesse buscando suas raízes e voltando a ter foco em seu negócio essencial: o livro.

*Hoje, há cerca de 2,7 mil pontos de venda no país, e estima-se que dentro de poucos anos o mercado alcance a quantidade registrada em 2013*

Marcus Teles, que preside a ANL, ainda destaca a tendência de abertura de lojas em cidades do interior, especialmente em regiões onde não existiam livrarias. “Já nos grandes centros, vamos começar a observar a substituição das megastores fechadas pela Saraiva e Cultura por unidades de outras redes em crescimento”, diz. Teles comanda o grupo Leitura, novo líder do setor entre as lojas físicas.

Sobre o escândalo das fraudes nas Lojas Americanas, dona do Submarino, os representantes das duas entidades avaliam que essa crise não terá o mesmo impacto no setor como o causado pelas dívidas da Saraiva e da Cultura. Segundo eles, há uma preocupação com os próximos capítulos dessa novela, porém a venda de livros não é o principal negócio da companhia, e nem todas as editoras trabalham com as Americanas.

## Lei protecionista

Cid e Teles também defendem a Lei Cortez, que protegeria o mercado e recentemente foi desarquivada no Congresso pela senadora Teresa Leitão (PT-PE). Segundo a proposta, o preço de capa de um livro recém-lançado deve ser respeitado durante 12 meses – e os varejistas só poderiam oferecer descontos de, no máximo, 10% desse valor. A regra não vale para vendas efetuadas diretamente ao poder público, títulos didáticos e obras raras ou fora de catálogo.

Inspirado no modelo de uma lei francesa adotado em todos os países da União Europeia, o projeto brasileiro busca auxiliar as livrarias na competição com as multinacionais do e-commerce. Inicialmente chamado de Lei do Preço Fixo, foi rebatizado há dois anos em homenagem a José Xavier Cortez

(1936-2021), fundador da editora Cortez e figura admirada no meio.

“Pelo menos 95% do setor é a favor da Lei Cortez, porque ela tem grande importância cultural e diminuiria a concorrência desleal do mercado”, diz Marcus Teles. O presidente da Leitura, no entanto, reconhece que não vai ser fácil convencer a sociedade. “É um debate que precisa ser feito paulatinamente, porque não é uma proposta que se explica em 5 minutos.”

Como se dizia antigamente, “falta combinar com os russos” – no caso, os consumidores, acostumados com os bons preços e a facilidade que fizeram o sucesso da Amazon.



[Voltar ao índice](#)



*Mais “super-ricos” noruegueses deixaram a Noruega em 2022 do que nos 13 anos anteriores combinados| Foto: Pixabay*

## Por que os “super-ricos” estão fugindo da Noruega em um ritmo histórico

Por Jon Miltimore

Em 2022, o terceiro homem mais rico da Noruega, Kjell Inge Røkke, anunciou aos acionistas que estava se mudando para Lugano, na Suíça.

"Meu capital continuará trabalhando na Noruega",

escreveu o magnata da pesca transformado em industrialista, que lançou seu império há quatro décadas com um barco de arrasto de 21 metros que comprou enquanto economizava dinheiro trabalhando em navios ao largo da costa do Alasca.

A partida de Røkke, cuja fortuna é estimada em US\$ 5,1 bilhões pela Forbes, custará ao governo cerca de 175.000.000 de coroas por ano (aproximadamente US\$ 16 milhões). Isso pode não parecer muito dinheiro, mas Røkke não é o único empresário rico a deixar a Noruega, observa o The Guardian.

"Segundo pesquisa do jornal Dagens Naeringsliv, mais de 30 bilionários e multimilionários noruegueses deixaram o país em 2022", relata o correspondente de riqueza Rupert Neate. "Isso foi mais do que o número total de super-ricos que deixaram o país nos 13 anos anteriores", acrescentou o jornal.

Você entendeu? Mais "super-ricos" noruegueses deixaram a Noruega em 2022 do que nos 13 anos anteriores combinados. O motivo não é segredo.

Após sua vitória eleitoral em 2021, o Partido Trabalhista da nação nórdica cumpriu sua promessa de taxar os ricos. A Noruega é um dos poucos países da OCDE que ainda taxa a riqueza líquida, e o Partido Trabalhista aumentou o imposto sobre a riqueza do país para 1,1%, apesar dos avisos de que tal medida "desencadearia fuga de capital e ameaçaria a criação de empregos".

**A fuga de capital é exatamente o que aconteceu e deixou o governo norueguês com menos receita.**

O professor emérito da Escola de Negócios da Noruega, Ole Gjems-Onstad, estimou que os noruegueses ricos levaram consigo uma fortuna total de US\$ 54 bilhões ao saírem. Isso significa que o imposto sobre a riqueza, que era projetado para

aumentar a receita em quase US\$ 150 milhões anualmente, resultará em cerca de 40% menos receita do que gera atualmente. Luca Dellanna, consultor de gestão e escritor, destaca que a Noruega arrecadou cerca de US\$ 1,46 bilhão em seu imposto sobre a riqueza em 2019. Mas o êxodo dos ricos resultará em uma perda estimada de US\$ 594 milhões em receita.

Aqueles que tentam entender como a política da Noruega poderia dar tão errado devem olhar para o trabalho do falecido economista vencedor do Prêmio Nobel Robert Lucas. Lucas recebeu o maior prêmio em economia por pesquisas que ficaram conhecidas como a Crítica de Lucas, que expôs vários problemas com a modelagem macroeconômica.

Lucas acreditava que, para prever os resultados das políticas, era essencial compreender que toda ação

é um comportamento individual, e os seres humanos são criaturas racionais que responderão às políticas de maneiras racionais — mesmo às políticas projetadas para enganá-los.

"A microeconomia assumia que as pessoas eram racionais", apontou o economista David R. Henderson em um artigo recente do Wall Street Journal após a morte de Lucas. "Por que a macroeconomia não deveria fazer a mesma suposição?"

Essa visão ajudou Lucas a ganhar o Prêmio Nobel e ajuda a explicar por que o imposto sobre a riqueza da Noruega deu tão errado. Sempre foi ingênuo supor que indivíduos ricos continuariam a suportar o imposto sobre a riqueza da Noruega. Afinal, não é necessário ter um PhD em economia para perceber que pessoas ricas provavelmente não vão ficar de braços cruzados enquanto os legisladores tomam

cada vez mais de sua riqueza (não de sua renda, ressalto, mas de sua riqueza). Já no século XVII, Jean-Baptiste Colbert, ministro das finanças de Luís XIV, da França, observou a natureza delicada da tributação.

"A arte da tributação consiste em arrancar as penas do ganso de forma a obter a maior quantidade possível de penas com a menor quantidade possível de grasnidos", escreveu Colbert.

Os legisladores noruegueses esqueceram dessa lição simples e agora só podem assistir aos criadores de riqueza de seu país partindo, levando consigo seu capital, engenhosidade e renda tributável.

"Ao observar a Noruega, Atlas encolhe os ombros", observou o economista Peter St Onge.

## De fato

Acontece que a infeliz falta de visão da Noruega ocorre em um momento oportuno para aqueles que vivem nos Estados Unidos, onde muitos estão pressionando por impostos sobre a riqueza.

No início deste ano, o Washington Post relatou os métodos criativos que legisladores federais e estaduais estão elaborando para separar "os ricos" de sua riqueza. Isso inclui nada menos que quatro estados tentando taxar ganhos de capital não realizados, incluindo uma proposta da Califórnia que imporia um imposto sobre a riqueza de 1,5% (ainda maior do que o da Noruega).

"Se for um imposto anual sobre a riqueza, ele está tirando uma fração da sua riqueza a cada ano", disse Emmanuel Saez, economista de Berkeley que ajudou a projetar a proposta de imposto sobre a riqueza da senadora Elizabeth Warren, ao Post.

"Quase por definição, você terá menos riqueza depois de pagar o imposto."

Se o professor Saez acredita que as pessoas mais ricas da Califórnia permitirão que os legisladores tributem sua riqueza e os façam vender ações para cobrir ganhos de capital não realizados, ele não aprendeu a lição de Colbert sobre tributação.

Uma política como essa não resultaria apenas em muitos grasnidos. Ela levaria a uma saída em massa de criadores de riqueza. Quem duvida disso só precisa olhar para a Noruega.



[Voltar ao índice](#)

## PARA SE APROFUNDAR

- [J.R. Guzzo: Justiça brasileira é a mais cara do mundo e uma das piores – e vai continuar assim](#)
- [Roberto Motta: A defesa da escuridão: onde estavam os juristas da Venezuela?](#)
- [Deputados europeus e ativistas internacionais pressionam Senado contra o marco temporal](#)
- [17 motivos para Lula se envergonhar de ser chamado de comunista](#)
- [Procurador que pediu cassação da Jovem Pan move inquérito contra as 7 maiores redes sociais do país](#)
- [Ao ir contra a corrente, Elon Musk sofre tentativa de cancelamento pela patrulha ideológica](#)
- [Proteção a Maduro, treinamento, mineração: como o Grupo Wagner atua na Venezuela](#)

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice